

Necessidade de superação

Dr. Jaldo de Souza Santos,
Presidente do Conselho Federal de Farmácia



As recomendações sobre a área farmacêutica, avançadas, diga-se de passagem, contidas no Relatório final da CPI dos Medicamentos, correm o risco de ter a mesma destinação daquelas das outras quatro CPIs criadas, no Congresso, com o objetivo de também investigar questões ligadas ao medicamento. Ou seja, estão sob a ameaça de cair no mais fundo esquecimento. Isso é preocupante, porque dá a sensação de que certos esforços

empregados, no Legislativo, para tratar de grandes questões nacionais destinam-se à inconseqüência.

No caso específico das CPIs, fica a desconfiança de que tudo não passou do calor da hora. Dá ainda a impressão de que os acontecimentos desenrolaram-se, apenas atendendo à necessidade de fatos. Já se disse que o Brasil é chegado a buscar alívio emocional, de fatos em fatos.

Mas as críticas não devem recair exclusivamente sobre as CPIs, até porque, sob o ponto de vista das recomendações, esta última Comissão desempenhou, e muito bem, o seu papel. Ela foi acusada, entretanto, de ter sido “omissa”, por não ter se aprofundado nas investigações sobre preços abusivos dos medicamentos, nem de ter investigado as contas bancárias e a situação fiscal dos laboratórios farmacêuticos suspeitos de tentar boicotar a política de medicamentos genéricos.

Mas o texto produzido pelo relator, deputado Ney Lopes, em que pesem as recomendações, é uma prova de sensibilidade de uma autoridade aos apelos de outras autoridades. Os farmacêuticos são autoridades em Farmácia e tínhamos colocações a fazer acerca de questões gritantes ligadas ao setor. Lopes ouviu o Conselho Federal de Farmácia, portavoz dos farmacêuticos, e acatou praticamente todas

as nossas recomendações, incluindo-as em seu Relatório.

É preciso, agora, que essas recomendações tenham conseqüência, virando atos. Por isso, as críticas não devem ser feitas à CPI apenas, mas aos outros Poderes, que não ecoam as suas recomendações. Nesse particular, é lastimável que exista essa desconexão entre os Poderes. Muitas vezes, aquilo que brota em um deles morre, ali mesmo, quando deveria florescer em outros, por tratar-se de coisas maiores, que são o bem comum da sociedade.

Por isso, estamos agendando reuniões com autoridades, a exemplo do presidente do Senado, senador Antônio Carlos Magalhães; do ministro da Saúde, José Serra, entre outras. Vamos apelar junto a essas autoridades, no sentido de que acatem ou façam acatar as valiosas sugestões do Relatório da CPI dos Medicamentos, na área farmacêutica.

Recomendações, como a de que a farmácia e a drogaria tenham obrigatoriamente a assistência de responsável técnico **farmacêutico, portador de título universitário** regularmente inscrito no Conselho Regional de Farmácia; de que seja adotado o fracionamento de medicamentos, de que seja proibida a venda de medicamentos em supermercados e pela Internet, de que se crie uma nova e rigorosa atenção farmacêutica, no Brasil, não podem morrer no nascedouro. Essas - e outras - foram as propostas do CFF, acatadas no Relatório final, votado e aprovado pelo Plenário da CPI, sob a forma de recomendações. A única proposta nossa não aceita pelo relator é a que proíbe a comercialização de medicamentos pelos Correios.

Essas recomendações constantes do Relatório precisam encontrar abrigo junto ao Governo, sob pena de o Brasil não sair do seu lugar comum, no que diz respeito à saúde. O País não pode viver mais, como se cumprisse a estranha e pesada condenação de se perpetuar no atraso. E não é atrasado um País que menospreza a sua atenção farmacêutica? Que faz do medicamento o astro do lucro, muitas vezes espúrio, e da mercantilização, desprezando as funções sociais do produto? A saúde precisa de superação.

(Leia mais sobre as propostas do CFF à CPI, em matéria na página 38 desta revista)